

PROJETO

**Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista com viés
à avaliação externa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior**

Grupo de trabalho

DOCENTES

Alba Regina Azevedo Arana

Anthony César Souza Castilho

Camélia Santana Murgo Mansão

Cecília Laposy Santarém

Jair Rodrigues Garcia Júnior

Leonardo de Oliveira Mendes

Maíra Rodrigues Uliana

Nelson Barbosa Machado Neto

Rafael Stuaní Floriano

GESTOR

Adilson Eduardo Guelfi

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

1. INTRODUÇÃO

Para atendimento à legislação vigente, foi constituída em 2004, a primeira Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNOESTE - Portaria nº013/2004 - Reitoria, de 09 de junho de 2004, responsável pela condução dos processos internos da instituição; pela sistematização, interpretação e avaliação das informações recolhidas, considerando a missão e as finalidades da Instituição estabelecidas no seu PDI; e pela prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Esta primeira comissão criou o Regulamento Interno da CPA que foi homologado pelo Conselho Universitário em 17 de agosto de 2004, atendendo a demanda do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A autoavaliação, por vezes também chamada avaliação interna ou avaliação institucional, é o processo de se avaliar a si e possibilitar uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas pela Instituição e Programas de Pós-graduação (PPGs) e promover a sistematização dos dados que levem à tomada de decisão. Ela envolve a participação de distintos atores da academia como docentes, discentes, egressos, técnicos e outros, nos níveis hierárquicos diversos, dos estratégicos aos mais operacionais, buscando assim, a tomadas de decisão que, em última análise, implicarão mudanças no cenário atual dos PPGs. Logo, ao trabalhar com avaliação, aceita-se que a avaliação induz ações, valores e comportamentos e ações reflexivas; e é a ação reflexiva que faz sentido quando se pensa a prática e os problemas enfrentados pelos PPGs.

Todo o trabalho da CPA tem como objetivo geral “coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição que possibilite a atitude permanente de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social”. Com a realização dessas atividades pretende-se que a instituição avalie seus níveis de pertinência e qualidade, suas fortalezas e fragilidades, a partir das quais construirá uma agenda articulando objetivos, recursos, práticas e resultados. O caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento deve permitir a reanálise das metas e ações estabelecidas em seu PDI e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

A compreensão da autoavaliação como um processo educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar, melhorar a qualidade do trabalho acadêmico, deve perpassar todas as etapas do processo de autoavaliação institucional. O diagnóstico dos pontos fortes (potencialidades) que devem ser reforçados e dos pontos fracos que dificultam alcançar as metas estabelecidas ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. É um processo de autorregulação. Outro ponto que merece destaque é o da compreensão de que o autoconhecimento institucional nem sempre exige novos processos de coleta de dados, mas o aproveitamento crítico de dados já existentes, extraindo deles todos os significados possíveis. Foi assumido ainda que o processo de avaliação deva ser de

caráter formativo, educativo e contínuo o que implica em compreender possíveis resistências ao processo pautado pela cultura da avaliação centrada na vertente classificatória, ranqueadora, punitiva e excludente. Sendo assim, o trabalho de sensibilização com os diferentes segmentos acadêmicos será o início de todo momento avaliativo para que a demanda dos participantes seja significativa produzindo resultados sustentáveis da realidade.

O ponto crucial da sistemática da avaliação aqui proposta é a mudança do foco do processo avaliativo: ao invés da CAPES receber os resultados da autoavaliação realizada pelos programas, a Agência acompanhará como os programas de pós-graduação estão conduzindo suas autoavaliações. Em consonância a isso, cada PPG poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas.

2. JUSTIFICATIVA

A fim de propor uma avaliação dos serviços e infraestrutura, bem como do corpo docente, dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, inicialmente, criou-se uma Comissão de autoavaliação do *Stricto Sensu*, sob Coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UNOESTE, composta por docentes permanentes dos PPGs em Ciência Animal, Agronomia, Odontologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento regional, Ciências da Saúde e Educação. Feito isso, por recomendação da nova ficha de avaliação da CAPES, definiu-se que a autoavaliação deve constituir o relato detalhado, por parte dos PPGs sobre seus procedimentos e instrumentos de autoavaliação. Ademais, ao incorporar a autoavaliação no processo reflexivo e pró-ativo, prospecta-se que o pensamento sobre diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes reflua para dentro dos mesmos.

3. OBJETIVO GERAL

O presente projeto visa propor uma avaliação dos serviços e infraestrutura, bem como do corpo docente, dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* que será realizada por discentes, funcionários técnicos-administrativos, docentes e gestores da universidade do Oeste Paulista. Adicionalmente, almeja-se dar subsídios para as avaliações externas a serem realizadas pela CAPES, segundo a proposta de sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação estabelecida junto à Portaria CAPES nº 148/2018, em 04 de julho de 2018.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Monitorar a qualidade dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social.

- b) Avaliar os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* quanto ao seu potencial para gerar profissionais com formação teórico-metodológica, crítica e ética;
- c) Avaliar a infraestrutura e serviços oferecidos pela UNOESTE que promovam as atividades dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*;
- d) Avaliar o desempenho acadêmico e orientação de pesquisa do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

4. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho, coerente com o estabelecido no Projeto de Autoavaliação Institucional, é realizada bianualmente e considera as seguintes atividades:

- Elaboração e atualização dos instrumentos - para cada momento de avaliação é utilizado um questionário que contempla as características desenvolvidas nas atividades realizadas, tendo como referência os padrões estabelecidos pela Instituição e os instrumentos de avaliação oficiais (ver arquivo Instrumentos de Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*);
- Definição do universo da pesquisa - os atores da comunidade acadêmica e representantes das categorias previstas na Lei do SINAES que são envolvidos no processo;
- Correlação instrumento/elemento - para cada elemento do universo da pesquisa é elaborado um questionário de avaliação diferenciado;
- Aplicação dos instrumentos - distribuição dos questionários no período reservado para essa atividade;
- Tabulação e análise dos dados - após o recebimento dos questionários, é realizada a tabulação dos dados, agrupando as informações de acordo com os critérios estabelecidos previamente pela CPA;
- Elaboração dos relatórios - com base nos dados coletados e analisados, são elaborados relatórios para permitir a disseminação do conhecimento sobre a Instituição, tanto interna quanto externamente. Este conhecimento possibilita o contínuo processo de aperfeiçoamento acadêmico;
- Envio de relatórios - os relatórios são enviados aos responsáveis pelas áreas que participam do processo, com o objetivo de promover discussões que resultem na melhoria contínua com a qual a Instituição está comprometida;
- Reuniões - para apresentação de sugestões, discussões e encaminhamentos para os diferentes setores, apresentando panoramas do processo de avaliação e resultados alcançados no ano letivo corrente.
- Plano de ação - conjunto das ações, divididas em etapas e em ordem de prioridade, a serem implementadas em curto e médio prazo, para a correção das deficiências e melhora contínua do programa. O Plano de Ação inclui um cronograma de implementação das ações.

- Acompanhamento – de acordo com o cronograma previsto no Plano de Ação, comparar os resultados da avaliação com a condição atual para verificar a conformidade e efetividade das ações implementadas.

Por fim, conforme o Projeto de Autoavaliação Institucional, construído sob a responsabilidade da CPA, a metodologia para a avaliação interna deve privilegiar a compreensão do significado que os processos - educativos, de interações sócio culturais e de investigação científica - têm para os atores (corpo docente, discente e técnico-administrativo), nos ambientes acadêmicos da universidade. Em suma, ao trabalhar com avaliação, se aceita que a avaliação induz ações, valores e comportamentos e ações reflexivas; e é a ação reflexiva que faz sentido quando se pensa a prática e os problemas enfrentados pelos PPGs.